

Entre o cânone e a história: notas sobre historiografia literária e escrita da história

*Erivan Cassiano Karvat**

RESUMO: Este artigo pretende discutir – a partir do “olhar do historiador” – a tensa relação entre a escrita da história e a historiografia literária, principalmente a partir de aspectos e questões que envolvem a constituição dos cânones e seus mecanismos – e que afetam e transpassam a historiografia da literatura, bem como a historiografia de modo geral, configurando-se como elemento possível de promoção de diálogo entre a teoria da história e a teoria literária e, portanto, entre a história e a literatura.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia literária, cânone, teoria da história, teoria literária, literatura brasileira.

ABSTRACT: This article intends to discuss – from the “historian point of view” – the tense relation between history writing and literary historiography, mainly regarding aspects and questions involving the constitution of canons and their mechanisms – and that affect and go through literature historiography, as well as historiography as a whole, configuring itself as an element possible of fostering the dialogue between theory of history and literary theory and, consequently, between history and literature.

KEYWORDS: literary historiography, canon, history theory, literary theory, Brazilian literature.

Reflexões sobre uma leitura/abordagem historiográfica

Como um doente, ardendo em febre, transforma em idéias delirantes todas as palavras que ouve, o espírito do nosso tempo se apropria de todas as manifestações de mundos

* Universidade Tuiuti do Paraná (UTP).

*intelectuais passados ou distantes, arrasta-os para si e,
[...] incorpora-as às suas fantasias egocêntricas.*

(Benjamin,1984)

Ainda que já se tenha dito, e muitas vezes, que a nacionalidade é um dos elementos definidores de uma ideia de literatura brasileira e, conseqüentemente, de uma história literária, ainda assim, textos como *Ensaio sobre a história da literatura brasileira*, de Gonçalves de Magalhães (1836) ou *Da nacionalidade da literatura brasileira*, de Nunes Ribeiro, de 1843, parecem pertencer a um outro tempo histórico ou, melhor, implicam um outro “regime de historicidade”. Ainda que tal assertiva – ligeira e aparentemente superficial – pareça de uma obviedade extremada, cabe lembrar que diversas leituras em torno dos diferentes discursos historiográficos se notabilizaram – e notabilizam-se – justa e negativamente por seu aspecto anacrônico, impondo a tais discursos elementos que fogem da sua coerência e de seu tempo. É neste sentido, então, que se entende que a noção de “regime de historicidade”, conforme utilizada por François Hartog, pode ser de notável ganho quando tratamos de textos e discursos historiográficos.

Antes, porém, uma ressalva: que fique claro, desde já, os sentidos que atribuímos às palavras *história* e *historiografia*.

Termo polissêmico, presta-se a história, entre outras, a um mar de confusão vocabular, pois a mesma palavra permite a referência a coisas e significados diversos:

[d]esde logo, observamos a tradicional polissemia da palavra. Ora a história é tomada por ontologia, ora como representação da ontologia. Ora ela é um conjunto fragmentário de eventos (as *histórias*), ora a totalidade processual destes (a *História Universal*). Por vezes se confunde com a empiria em geral; em outras, com um certo modo específico de estruturação diacrônica dessa empiria. Assim, partindo da ambigüidade básica da palavra que conota tanto os *atos do passado* como sua *instituição e ordenação* pela atividade crítica do conhecimento, teremos *concepções* distintas tanto do que seja o devir (*concepções histórico-ontoló-*

gicas) como dos modos adequados ao seu conhecimento (*concepções historiográficas*) (Jasmin, 1997, p. 17).

O *conhecimento histórico*, ou a história como forma de conhecimento, articulando-se entre o vivido e o ensinado (portanto, entre história vivida e história ensinada), voltando-se à compreensão/interpretação, enfim, à construção de entendimento acerca do passado, caracteriza-se como *historiografia* e, portanto, como a própria escrita da história. A historiografia, então, manejando diferentes temporalidades, produz, assim, a própria inteligibilidade sobre a história vivida, tornando a história *toda história* sinônimo dessa expressão. A escrita da história apresenta-se, conseqüentemente, como possibilidade privilegiada de conhecimento sobre o já vivido.

Dessa forma, a polissemia da *História* parece arremeter-se de um sentido circular, pois nos parece voltar ao mesmo ponto: toda História sendo História (ou toda história sendo história) infunde o complicador semântico. Pois se “a história fala da História”, como dizia Pierre Vilar (*apud* Falcon, 2002, p. 28), toda história é historiografia, uma vez que todo e qualquer conhecimento sobre o passado é produto da historiografia. Da mesma forma, portanto, e em concordância com o historiador Keith Jenkins, pode-se dizer também que todo estudo de história é um estudo de historiografia (Jenkins, 2000, p. 32).

No roldão desses diferentes significados da palavra história, ou dessas diferentes possibilidades, percebe-se a complexidade, ou *complexificação*, de designações atreladas ao vocábulo *história*. É isso que ocorre, por exemplo, com a própria expressão historiografia – à qual voltaremos adiante –, ou ainda com os seus desdobramentos, talvez ainda pouco usuais, *historiografia cognitiva* e *historiografia normativa*. O mesmo vale para a malfadada expressão Filosofia da História, que pode referir-se a uma *filosofia especulativa* ou, ainda, a uma *filosofia crítica* da história.¹

A historiografia – a escrita da história ou a história como escrita – se impõe, ainda, como a história da própria

¹ De acordo com William Dray, enquanto a *filosofia especulativa* objetiva “descobrir na história o curso de acontecimentos”, a *filosofia crítica*, aparentando-se da(s) filosofia(s) da ciência, “empenha-se em tornar clara a natureza da própria investigação do historiador, de modo a ‘situá-la’, por assim dizer, no mapa do conhecimento” (Dray, 1977, p. 9). Note-se que, ainda que recentemente tenhamos assistido à ampla divulgação do trabalho de Francis Fukuyama, há mais de quarenta anos o próprio Dray apontava o caráter “fora de moda” dos sistemas especulativos de história. Ressalte-se que a edição original do livro é de 1964.

história. Assim, pois, a historiografia apresenta-se como “nada mais que a história do discurso – um discurso escrito e que se afirma verdadeiro – que os homens têm sustentado sobre o seu passado” (Carbonell, 1992, p. 6). Com efeito, se todo conhecimento acerca do passado, ou acerca da história, é historiografia ou resulta desta, por sua vez a expressão adquire certo grau de especialização na medida em que é (ou que diz respeito), concomitantemente, a história do próprio conhecimento histórico, ou a “história do modo de elaborar e de escrever história” (Palmade, 1988, p. 35). A historiografia, a escrita e/ou o discurso sobre a história, caracteriza-se, dessa maneira, como o exercício de reflexão sobre as obras históricas e, portanto, sobre a produção dos historiadores. É, enfim, o debruçar-se sobre a história-conhecimento que, voltando-se aos circunstanciamentos, ditames, limites e/ou dilemas do próprio conhecimento histórico, promove o necessário diálogo – ou *metadiálogo* – acerca da própria legitimidade e possibilidades deste conhecimento e de seus preceitos, conceitos e mecanismos de produção.²

Assim, de um “conjunto de obras históricas” – podendo remeter a um campo particular (Tétart, 2000, p. 156) e, por exigência do ofício, um campo de estudo do qual nenhum historiador pode se furtar (Silva; Silva, 2005, p. 189), ou não deveria se furtar –, temos aí a historiografia torna-se uma perspectiva de trabalho, aquela que se volta ao “exame dos diferentes *discursos do método histórico* e dos diferentes *modos de escrita da história* [...]”, segundo a observação de Guy Bourdê e Hervé Martin. (Bourdê; Martin, 1990, p. 9). Passa a historiografia, desse modo, de objeto a uma possibilidade de abordagem deste mesmo objeto.

Ainda nesta senda, poderíamos abandonar o caráter antes referendado da *tradicional polissemia* da palavra história e assinalar o seu malfazejo aspecto homonímico, como aponta Jacques Rancière em sua *poética do saber*:

Problemas de palavras, dirão. É uma infeliz homonímia própria a nossa língua que designa com um mesmo nome a

² Segundo Rogério Forastieri da Silva, “[...] podemos considerar o estudo historiográfico como o estudo da história dos escritos históricos, métodos, interpretações e as respectivas controvérsias.” Enfim, como “o estudo que envolve reflexões, de natureza vária, sobre os historiadores e suas respectivas obras” (Silva, 2000, p. 26 e 22).

experiência vivida, seu fiel relato, sua ficção mentirosa e sua explicação erudita. Exatamente para perseguir as armadilhas da homonímia, os ingleses distinguem *story* e *history*. Ciosos de explorar na sua especificidade a experiência vivida e as condições de construção do discurso, os alemães separam *Historie* e *Geschichte*. Estas convenientes referências podem fechar alguns buracos nas exposições metodológicas. Sua virtude pára aí. Os caçadores de homonímias fazem como os outros: atribuem séries de acontecimentos a sujeitos. É que não há nada diferente a fazer, a menos, precisamente, que não se faça história (Rancière, 1994, p. 11).

Cabe ressaltar, contudo, que a passagem da *tradicional polissemia* ao *mal da homonímia* revela, além da ambiguidade da palavra, a riqueza vocabular da expressão,³ ou seu próprio paradoxo: “A historiografia (quer dizer ‘história’ e ‘escrita’) traz inscrito no próprio nome o paradoxo – e quase o oximoron – do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso” (Certeau, 1982, p. 11).

Assim, e como pretendemos desenvolver uma reflexão historiográfica ao longo deste estudo, entendemos que os aspectos terminológicos apresentam-se, já de início, como fundamentais e reveladores.

Histórias da literatura e mais alguma história

Há apenas dez anos, João Alexandre Barbosa, discutindo a formação do cânone na história da literatura brasileira, simultaneamente à própria formação da historiografia e da crítica literária brasileiras, observava a existência de uma certa posição conservadora adotada pelas Histórias da literatura brasileira escritas a partir dos anos 1970, decorrente dos métodos histórico-literários adotados pelos autores dessas obras.⁴ Sem problematizar aquilo que Barbosa chama de discurso histórico-literário, essas obras, escritas nos limites de um naturalismo crítico tradicional, recaíam na repetição e no lugar-comum historiográfico:

³ O aspecto da ambiguidade da palavra História é apontado, dentre outros, por Commager, 1967, p. 11.

⁴ João Alexandre Barbosa refere-se, fundamentalmente, aos trabalhos de Alfredo Bosi e Massaud Moisés, intitulados, respectivamente, *História concisa da literatura brasileira* e *História da literatura brasileira* (Barbosa, 1996, p. 56-57).

Mesmos autores, mesmas obras, na sucessão de quadros canônicos seculares, acrescidos, aqui e ali, mas sem maiores repercussões de análise literária, pelo próprio tempo histórico, e em decorrência dos métodos historiográficos adotados. Não aquela adição ao cânone, advinda de uma releitura capaz de pôr em xeque as *ables convenues* da historiografia tradicional (Barbosa, 1996, p. 57).

Assim, curiosamente, se esta posição conservadora acaba marcando obras que buscavam promover uma *revisão* do próprio cânone por meio da releitura de autores que até então não haviam merecido maior atenção por parte das sistematizações historiográficas, não conseguem superar a prática (além de canônica, também *canonizada*) das próprias histórias da literatura que as precedem, gerando, portanto, um discurso com a marca do *continuismo* ou da continuidade de *um* tipo de história. Recuperam-se autores e obras, mas se mantém a mesma forma de abordagem.

Ainda que, claramente, se faça necessária a superação de tal forma de elaboração historiográfica, uma vez que agora é cada vez mais evidente que a história não se define apenas como tarefa de acumulação de datas e dados, mas se impõe, para a sua própria efetivação, uma metalinguagem que se volte para o discurso histórico, ainda assim, e talvez por isso mesmo, ressalta-se na permanência desta(s) *história(s)* já realizada(s) o próprio movimento entre escrita da história literária e a urgência da canonização, que enleva autores e obras, institucionalizando nomes e *marcas*. A instauração do cânone literário supõe a própria instauração e *reconhecimento* das histórias literárias.

Uma história que impõe, para a sua própria efetivação, uma metalinguagem que se volte para o discurso histórico. Este será, com toda probabilidade, o trabalho principal de uma historiografia literária para o futuro. Eis, em 1996, o prognóstico que encerrava o balanço de Barbosa, mas que, antes de tudo, deixava entrever o incômodo em relação à manutenção das tradições dos discursos da historiografia literária brasileira. Se, por um lado, justamente deste in-

cômodo, e de sua constatação, é que se pode destacar uma possível via de acesso à problematização desta mesma historiografia, aquela que diz respeito a sua própria constituição de outro lado, as observações de *A biblioteca imaginária* remetem aos próprios problemas acerca da constituição do próprio campo de estudos da história literária e uma possível *historicização* desse campo.

Assim, o mesmo texto de João Alexandre Barbosa nos induz às reflexões de René Wellek, realizadas ao longo dos anos 1930-1940. Da mesma maneira que o autor de *Biblioteca imaginária ou o cânone na história da literatura brasileira* recusava, em 1996, uma história da literatura como mera tarefa de acumulação de datas e dados e apontava para um futuro possível ou desejável ainda a se realizar, Wellek, em 1936, apontava para a importância crucial do conceito de evolução em relação à arte literária, prescrevendo:

O conceito de evolução é o principal conceito do historiador real, e sem ele não há História. O dever do futuro será o de elaborar este conceito de evolução e mostrar, concretamente, como a literatura como arte se desenvolveu: primeiramente, em uma nação, e depois no concerto das nações, através do mundo inteiro. Só então poderá ser escrita, com uma razoável possibilidade de êxito, uma verdadeira história da literatura, que será mais do que uma compilação de fatos sobre influências e migrações de motivos (Wellek, 1975, p. 294-295).

Ainda que as orientações dos autores se distanciem (Barbosa, tratando da instauração do cânone na historiografia literária brasileira, nos chama atenção sobre a necessidade de uma metalinguagem que se volte para o discurso histórico, enquanto Wellek, acenando para uma possível teoria da história literária, aponta para o polêmico, e, para nós, aparentemente distante, conceito de evolução), ainda assim ambos promovem um balancete acerca da situação dos estudos atrelados à historiografia literária. E mais: ao realizar tal promoção, cada um em sua época, e com seu devido

interesse, alerta para o quadro a ser superado. Se para o ensaísta brasileiro faz-se necessário superar uma definição de história e, conseqüentemente, de crítica, atrelada a um corte naturalista, que não problematiza sua própria configuração, com Wellek, voltamos ao próprio problema da configuração das histórias literárias no século XX, e a discussão em torno da própria viabilidade de se fazer ou em se fazer uma história literária propriamente dita. E é neste sentido que o texto do autor de *Teoria da história literária* mostra-se instigante.

Escrevendo num contexto de acirrada discussão em torno dos problemas da escrita da história literária, num momento que questionava as orientações anteriormente estabelecidas àquelas que, por exemplo, transparecem nos *historiadores* brasileiros oitocentistas, Wellek propunha uma *nova* história da literatura, com uma abordagem menos propensa aos métodos extrínsecos e mais voltada para a própria obra literária.⁵ Inicialmente indagando sobre a existência de uma história literária, diferente da crítica literária ou da história social, e admitindo que geralmente a resposta fosse afirmativa, acabava por apontar que a única vinculação das ditas histórias da literatura à história é tão somente pelo fato de tratarem do passado, pois:

não são nada mais que do que histórias sociais ou história das idéias [...] refletidas em uma certa literatura nacional, ou são simplesmente uma série de julgamentos e de impressões sobre trabalhos individuais de arte, ou sobre a psicologia dos escritores, organizados numa ordem mais ou menos cronológica (Wellek, 1975, p. 294-295).

Sem, contudo, negar ou negligenciar a importância da relação da obra com seu contexto social, o que seria, em sua opinião, um absurdo, Wellek chamava atenção para o emprego de uma concepção semiológica de obra de arte: um sistema global dinâmico de signos ou como uma estrutura de signos servindo a uma finalidade estética definida (Wellek, 1975, p. 282). Procurando responder ao problema

⁵ Sobre o termo, ver o próprio Wellek, s/d. Edição original norte-americana de 1963.

do modo de existência da obra de arte em geral, e literária em particular, o autor desviava-se, assim, das abordagens que promoviam o estabelecimento da dependência causal, que entendem a obra como mero reflexo do meio social e histórico, bem como das leituras de caráter psicologizantes e/ou subjetivistas. Em seu lugar, Wellek, conclamando o chamado *perspectivismo*, propunha um processo que permite atingir o conhecimento do objeto, segundo diferentes pontos de vista:

Ver as coisas em perspectiva, ou vê-las historicamente é exatamente o mesmo. Ainda que haja documentos para o reagrupamento de uma estrutura, o historiador literário deve ser capaz de situar uma obra de arte tanto em relação aos valores da época em que ela foi criada, como em todas as épocas subseqüentes (Wellek, 1975, p. 289).

Voltando-se para os aspectos da estrutura, signo e valor da obra de arte, que não podem ser separados da/na análise da obra, Wellek, com o *perspectivismo*, se opunha àquilo que chamava de teses do *absolutismo* e do *relativismo* da análise. Para nós, deste rico debate interessa o seguinte aspecto: a partir dessas observações, de maneira geral, podemos refletir sobre a própria constituição da historiografia literária, seus dilemas e suas relações com a escrita da história.

Desde o início de suas notas, o autor questiona-se sobre o porquê da inexistência, até aquela data, de uma história que tentasse delinear a evolução da literatura inglesa como arte. A possível resposta, segundo Wellek, decorreria da dificuldade de se pensar em duas concepções: a da função artística e a da evolução da arte. A complicação em se analisar a obra a partir da função estética (ou artística), isolando tal função das demais, acabou, de acordo com o autor, por restringir tal tipo de abordagem. Além disso, por causa da existência de outras funções relacionadas à obra e, talvez, mais acessíveis à análise, e por se entender a existência da forma como único elemento artísti-

co, priorizou-se, na historiografia literária, o exame das relações externas da obra com o contexto social, bem como com sua relação com a psicologia do autor e com o seu conteúdo comunicativo. Essas são, sabidamente, práticas comuns às historiografias da literatura da segunda metade do século XIX. E aqui volta a importância ao elemento estrutural da análise, acima já referido: um conceito que inclui tanto forma quanto conteúdo e rompe, simultaneamente, com as tradicionais análises dicotômicas.

Ainda que possa ser arriscado tal comentário, podemos dizer que, guardadas as devidas diferenças e proporções, é possível vislumbrar na teoria da história literária, de Wellek, uma antecipação daquilo que constituiu, em termos, as grandes linhas do debate historiográfico da história da literatura na segunda metade do século XX. Afinado com o Círculo de Praga, parece prever a inovação da teoria da recepção, levada a cabo em fins dos anos 1960, bem como parece antever um diálogo com Hayden White, ao discutir a relação forma *versus* conteúdo. Além destes, também parece predizer a recorrência à possibilidade da abordagem *sincrônica*, exaltada no Brasil por Haroldo de Campos, a partir de uma livre manipulação da obra de Saussure e da leitura de uma *poética sincrônica* de Jakobson. Ao discutir o problema da significação artística de uma obra de arte, permite que lembremos da atual recorrência ao conceito de representação, difundido pela obra de Roger Chartier.⁶ Muito possivelmente as vinculações por nós referidas procedam, antes de mais nada, do período vivido por Wellek, período do qual decorreram as próprias definições e problemas para a escrita das histórias da literatura. Expresso em outros termos, parte dessas formulações buscam responder a questões que já se apresentavam à época em que Wellek escreve. Tais formulações, assim como as ponderações do próprio autor em questão, dialogam, aproximando-se ou distanciando-se, em diferentes graus, de problemas postos naquele momento fulcral para a problematização historiográfica em questão. Assim, justifica-se, para nós, a

⁶ No que diz respeito a Haroldo de Campos, ver os ensaios "Poética sincrônica" (*In: Campos, 1977*), e "Texto e história" (*In: Campos, 1976*). Em relação à obra de White, consultar, principalmente, "O texto histórico como artefato literário" (*In: White, 1994*).

própria referência à teoria de Wellek: um texto em discussão com sua época e que se abre para outras configurações que, de diferentes maneiras, nos atingem ainda. Dito isto, cabe recordar que foi uma discussão parecida com a de Wellek, só que realizada bem posteriormente ao fechamento do balanço realizado por João Alexandre Barbosa em 1996, e sua expectativa em relação a uma outra escrita da história literária brasileira que nos remeteu ao texto de 1936.

Ainda que o texto de Barbosa não faça menção direta ao texto de Wellek – apesar da reivindicação da necessidade da mudança quanto à elaboração de uma nova história literária, presente em ambos –, podemos nos lembrar de outros dois ensaios, dos mesmos autores, que possibilitam que continuemos *refletindo* sobre o próprio caráter de configuração geral de uma história literária e, mais especificamente, que permitem que continuemos indagando a respeito das mazelas da escrita da história da literatura brasileira. Assim, se em *Biblioteca imaginária*, escrita em fins do século XX, Wellek não era citado, o mesmo não ocorre no *Ensaio de historiografia brasileira*, outro texto de João Alexandre Barbosa, apresentado no II Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, em Assis, São Paulo, em 1962.⁷ Em certo sentido, o diálogo que o ensaísta brasileiro estabelece com Wellek acaba por transparecer um diálogo entre os seus próprios textos, isto é, entre *A biblioteca imaginária*, de 1996, e o texto apresentado em 1962.

Barbosa, em seu *Ensaio*, parte da leitura de um texto, “A história literária”, de René Wellek, que, de certa forma, retomava a discussão iniciada nos anos 1930. Último capítulo do já anteriormente citado *Teoria da literatura*, escrito em parceria com Austin Warren e publicado em 1949, “A história literária” é, contudo, de autoria do próprio Wellek, como aparece no prefácio à primeira edição da obra.⁸ Novamente recorrendo à ideia de evolução, o autor frisava que a história só pode ser escrita em referência a esquemas variáveis de valores, e esses têm de ser abstraídos da própria história (Wellek; Warren, 2003, p. 352).

⁷ Além da apresentação no referido Congresso, o texto integra a coletânea *Opus 60* (Barbosa, 1980, p. 25-52).

⁸ Como curiosidade apenas, podemos dizer, portanto, que Barbosa se equivocou ao afirmar que o texto foi escrito por Wellek e Warren. O autor brasileiro se utilizou da edição espanhola da obra de ambos (Editorial Gredos, 1959), que suprimiu o prefácio acima indicado, no qual são referenciados os capítulos pertencentes a cada autor.

Ainda que haja uma diferença de mais de uma década entre *A teoria da história literária* e “A história literária”, mais uma vez, Wellek, a partir de um balanço, exercitava a crítica às concepções vigentes no campo da historiografia literária. Contudo, agora, em 1949, utiliza um tom aparentemente mais didático. O autor comenta, numa lúcida narração, como designa Barbosa, os principais problemas com os quais se defronta(va) a história literária. Por se tratar de questões que marcam, como já dissemos antes, a constituição da própria disciplina (história da literatura) e por assim afligirem-na continuamente, além de implicarem a elaboração da historiografia da literatura brasileira e, conseqüentemente, de seus dilemas, vale apontá-las:

- o *problema* das relações entre as obras de arte, suas fontes e influências (que constituiriam, segundo Wellek, o principal elemento dos estudos tradicionais);
- o *problema* da originalidade da obra. De acordo com o autor, estabelecer a posição que uma obra ocupa em uma tradição caracterizaria a tarefa primeira da história literária;
- o *problema* adicional na evolução da história literária: estudo das relações entre obras (séries de obras) de um mesmo autor, para a constituição de uma série evolutiva;
- o *problema* decorrente de outro tipo de série evolutiva: isolar certa característica na obra e acompanhar seu progresso rumo a um tipo ideal;
- o *problema* da definição de gêneros e tipos literários;
- o *problema* da definição de período ou movimento literário;
- e, finalmente, o *problema* adicional mais amplo: aquele que diz respeito à escrita de uma história da literatura nacional como arte, sem pender para os elementos extraliterários ou não literários.

De maneira muito clara pode-se perceber que é a partir de uma leitura daquilo que, em seu tempo, era praticado como história da literatura, que Wellek propõe uma outra perspectiva para a abordagem dessa história. Ainda

que, aqui, sua concepção de história literária nos interesse menos objetivamente, essa sua *leitura* da historiografia da literatura produzida até aquele momento nos parece, como já dito antes, fundamental. Serve como uma porta de entrada, para refletirmos sobre a própria disciplina. Cabe lembrar, da mesma maneira, que essa visão sobre a escrita da história permite que pensemos a constituição da historiografia da literatura aqui no Brasil e suas relações com a própria historiografia, por exemplo. Apontados por Wellek, *problemas* como o da escrita da literatura nacional, da definição de períodos ou de movimentos literários aparecem constantemente na elaboração dos programas da historiografia da literatura brasileira, ao menos naquela do século XIX. E mais: parte daquilo que constitui o conhecimento historiográfico da literatura brasileira comumente designada como *nacional* procede desta mesma historiografia, que produziu *verdades* que perpassaram gerações e foram sendo *naturalizadas* ao longo dos anos. Assim, menos do que discutir a própria concepção de história literária em Wellek, o que se revelaria instigante, pois é sabido que o autor influenciou parte da crítica literária a partir dos anos 1950, interessa-nos perceber a instauração dos *planos* para a escrita das histórias literárias no Brasil, vistos a partir daquelas discussões suscitadas na fase que antecede as chamadas grandes sínteses históricas desta mesma literatura, fase marcada, principalmente, pelos trabalhos de Sílvio Romero e José Veríssimo.

Parte daquilo que se revela *problema* para a história literária pode bem ser detectada nos estudos que se referiram aos *planos* (ou programas) da história da literatura brasileira, bem como a respeito de seus autores, geralmente lidos como *românticos*, *nacionalistas* ou *precursores*, o que facilmente deixa perceptíveis os encaminhamentos da recepção que lhes foi feita. Se os *planos* se legitimavam ao estabelecer determinadas leituras do passado literário, acabaram por ser lidos da mesma maneira pelas gerações pos-

teriores, que também buscavam instituir uma leitura acerca do passado.

Assim, a via dupla, ou mais que isso: os planos elaborados, principalmente ao longo do século XIX – do *Resumo da história literária do Brasil*, de Ferdinand Denis (1826), à *Introdução à história da literatura brasileira*, de Sílvio Romero (1882) – se voltam para um suposto passado literário brasileiro (do século XVI até parte do XIX), **institucionalizando-o** e **institucionalizando-se**. A constituição da crítica literária e das chamadas obras referenciais da historiografia da literatura brasileira, em fins do século XIX, retomam esses planos, seus autores e orientações, produzindo diferentes avaliações sobre esses *planos*, ao mesmo tempo em que se voltam ao mesmo objeto destes. Portanto, leituras sobre leituras, avaliações sobre avaliações e que acabaram por produzir canonizações *possíveis*: sobre a própria literatura, sobre a crítica e seus críticos e sobre a própria historiografia literária. Por mais que não nos utilizemos da concepção de Wellek propriamente dita, é inevitável não retomá-lo aqui. Referindo-se ao significado total de uma obra de arte, dizia ele:

[tal significado] não pode ser definido meramente em função do seu significado para o autor e aos seus contemporâneos. Trata-se, antes, do resultado de um processo de adição, isto é, a história da crítica pelos seus muitos leitores em muitas épocas (Wellek; Warren, 2003, p. 42).

Entendemos que é possível a mesma observação em relação àqueles textos que se constituem como *discursos fundadores* que buscaram, num primeiro momento, produzir uma ideia de literatura e de história da literatura no Brasil. Desde o século XIX, ora lidos e relidos, recebem interpretações, viabilizando *marcos*, ora, simplesmente, são preteridos da *memória* literária e historiográfica. Assim, tão revelador quanto a própria leitura destes documentos, por vezes transformados em monumentos, outras relegados ao apagamento, é deparar-se com as leituras, histórica e historiograficamente promovidas, que incidiram sobre esses textos.

De marcos e eras: o Romantismo

O acima citado processo de adição ou, poderíamos dizer, de recepção crítica afigura-se aqui como fundamental, uma vez que nos voltamos, justamente, para textos que padeeceram desse processo ao serem inscritos numa história da crítica e da historiografia literárias brasileiras, sendo apontados como iniciadores dessas mesmas crítica e historiografia.

O mesmo Wellek que entendia que o significado da obra decorre tanto do tempo em que é produzida – em função do seu significado para o autor e aos seus contemporâneos – quanto da adição das demais leituras que posteriormente sobre ela se voltam (e que para nós é crucial, pois é daí que decorrerá uma possível historicização das leituras da própria crítica) aponta para a suposta função do historiador literário: “[...] antes de mais nada, atentar para as idéias e concepções, os programas e nomes dos próprios escritores e, assim, contentarmo-nos em aceitar as suas próprias divisões”. Contudo, continua o autor:

O valor do testemunho fornecido por programas, facções e auto-interpretações formuladas conscientemente na história da literatura não deve, naturalmente, ser minimizado, mas, com certeza, o termo movimento poderia muito bem ser reservado para atividades autoconscientes e autocríticas a serem descritas como descreveríamos qualquer outra sequência histórica de acontecimentos e pronunciamentos. Mas tais programas são apenas materiais para o nosso estudo de um período, exatamente como toda a história da crítica oferecerá um comentário contínuo a qualquer história da literatura. Podem nos dar sugestões e indicações mas não devem prescrever os nossos métodos e divisões, não porque nossas visões sejam necessariamente mais penetrantes que as suas, mas porque temos o benefício de ver o passado à luz do presente (Wellek, 2003, p. 361).

Cabe lembrar que o autor desenvolve essas observações quando reflete acerca dos problemas que tocam a his-

tória da literatura, referindo-se, neste caso, especificamente, à definição de período e/ou movimento literários, como dito nas páginas anteriores.

Tal observação merece atenção. A ênfase final, do benefício de ver o passado à luz do presente, nos garante muito pouco, acreditamos, contribuindo para incorreremos nas mazelas da acronia ou do anacronismo,⁹ problema que não poucas vezes se revela bem presente nos trabalhos de história da literatura, história que, não poucas vezes também, homogeneiza o passado para ajustá-lo aos olhos do presente (Teixeira, 2003, p. 138).

Ainda que alocuemos a fala no seu devido lugar, uma proposta de encaminhamento para a escrita da história literária, faz-se necessário lembrar que a leitura da crítica nem sempre se pauta pelo apreço à objetividade ou à historicidade, muitas vezes recepcionando os programas, facções e autointerpretações a partir de questões que escapam a estes mesmos programas, facções e autointerpretações. Dito isso, e ainda pensando na citação exposta acima, nos interessam justamente esses programas e aquilo que o autor chamou de comentário contínuo da história da crítica sobre esses mesmos documentos, pois entendemos, diferentemente de Wellek, que esses documentos se caracterizam em algo mais que apenas materiais, e que o processo de adição, mais do que nos levar à união de diferentes fatores ou frações em um único resultado, permite que percebamos, sim, a construção de diferentes sentidos, por vezes incongruentes, a respeito da história literária e do próprio passado.

Assim, voltamo-nos, aqui, à crítica romântica que atuou no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX e que, em certo sentido, estabeleceu os primeiros estudos literários nas terras tropicais. Longe de qualquer pretensão de objetividade, que se revelaria improvável, ou afastados de qualquer expectativa que supusesse possível a obtenção de uma apresentação imparcialíssima do suposto tema-objeto de interesse, ainda assim, estructuremos um

⁹ O problema do anacronismo é comentado tanto em *Apologia da história*, de Marc Bloch, de 1949, quanto em *Le problème de l'incroyance au XIV^e. siècle*, de Febvre, de 1942 (Cf. Febvre, 2009 e Bloch, 2001). Paul Veyne lembra que o exercício historiográfico desempenha, ou deve desempenhar, um papel de "luta incessante contra nossa tendência ao contra-senso anacrônico" (Veyne, 1998, p. 112).

¹⁰ A expressão “quadro” aparece, com frequência, na estética romântica, referindo-se a texto (v. Rouanet, 1999, p. 21 e SS).

¹¹ Em relação a estes “programas” e “histórias”, destacamos: DENIS, Ferdinand. *Resumo da história literária do Brasil* (1826); MAGALHÃES, D. J. Gonçalves de. *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil* (1836); RIBEIRO, Santiago Nunes. *Da nacionalidade da literatura brasileira* (1843); VARNHAGEN, Francisco A. de. *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil* (1850); SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da literatura brasileira* (1843-1862); Pinheiro, Joaquim Caetano Fernandes. *Curso de literatura nacional* (1863) e *Resumo de história literária* (1873).

quadro histórico acerca do objeto em questão.¹⁰ Interessados na constituição dos estudos acima referidos, e mais especificamente na elaboração das primeiras histórias da literatura, ou nos programas que as anunciavam,¹¹ nos voltamos, inevitavelmente, para o contexto da primeira metade do século XIX, comumente designado como *era romântica* (Coutinho, 1997), período que, como lembra Abel Barros Baptista, se notabiliza na literatura brasileira – e na sua historiografia conseqüentemente – como “um momento verdadeiramente fundador, não porque só então ela começa, mas porque aí se coloca o problema do seu começo” (Baptista, 2003, p. 24).

Para movimentarmos-nos nesse quadro, ou melhor, para ambientá-lo, recorreremos às próprias histórias da literatura brasileira, buscando, portanto, e desde já, dialogar com nosso problema, qual seja, estas mesmas histórias da literatura.

Os programas e histórias que apontamos abaixo, em nota, foram e continuam sendo objeto privilegiado de estudo no campo da história intelectual no Brasil. E disso decorre que foram estudados a partir de diferentes tradições, o que implica dizer que a chamada *Era Romântica* foi, como bom objeto da história, interpretada de maneiras diversas, de acordo com diferentes épocas e pretensões. Dessa maneira, não se pode ignorar que as leituras sobre o tema-objeto decorrem, muitas vezes, de interpretações estabelecidas, diríamos, quase (quase?) canônicas.

Assim se desenha um objeto: a construção das histórias da literatura no Brasil, ao longo do século XIX, bem como a constituição, entre este mesmo século XIX e o XX, de uma suposta fortuna crítica sobre essa historiografia.

A partir delas se pode vislumbrar, por exemplo, o *encaminhamento* dado pela crítica de fins do século XIX ao passado que o antecede, ou a *apropriação* realizada pela própria historiografia literária do período acerca da produção anterior e que vai, por sua vez, *orientar* a elaboração de um cânone da crítica e historiografia literárias brasileiras oitocentistas.

Nesse movimento, de diferentes *estratégias de leitura* (Cunha, 2006, p. 22), pode-se notar também, e principalmente, os *usos* do passado pela crítica de fins do século XIX, e aparentemente, até mesmo pela crítica posterior buscando validar seu próprio *lugar* e discurso: movimento incessante, portanto, gerador de *leituras convenientes* (Rouanet, 1991, p. 168) e por elas gerado, que acenam a uma *comunidade de leitores*, específica, da qual se originaram, constituída pelos historiadores/críticos da literatura brasileira, o que possibilita a aproximação junto àquelas estratégias de leitura que apontamos acima.

Tal comunidade, cujos membros compartilham os mesmos estilos de leitura e as mesmas estratégias de interpretação (Chartier, 1992, p. 216), também designada como *comunidade interpretativa*, é responsável (ou assim se outorga) pelo estabelecimento de *leituras autorizadas* dos textos de que se apropria. *Leituras* que implicam a imposição de um sentido único ou de um único significado, bem como a instauração de uma compreensão/interpretação corretas.¹²

Ainda que menos preocupados com as práticas de leitura, que implicam necessariamente o reconhecimento da materialidade ou suporte do texto lido, bem como da tensão central de toda a história da leitura (Chartier, 1992, p. 213), que opõe, de um lado, a prática criativa do leitor e, de outro, o refreamento desta, pela imposição da leitura pretensamente correta, entendemos, com Chartier, que o historiador deve buscar um meio de determinar os paradigmas de leitura predominantes em uma comunidade de leitores, num dado período e lugar. Com isso, quer-se acreditar, aproximam-nos das chamadas estratégias de leitura, apontadas acima, reveladoras das formas de apropriação e manipulação dos próprios textos (Chartier, 1992, p. 226-227).

Interessam-nos, assim, nestes autores, portanto, suas próprias concepções de história/historiografia, pois é delas que decorreram, obviamente, a(s) *leitura(s)* que fizeram do passado literário brasileiro. A ênfase na nascente críti-

¹² A expressão *comunidade interpretativa*, usada por Chartier, é de Stanley Fish.

ca literária/historiografia da literatura, ou histórias(s) da literatura, no século XIX, justifica-se, uma vez que, a partir delas, temos o estabelecimento de um cânone literário e historiográfico, que legitima e *autoriza leituras* sobre as obras escolhidas, ou melhor, canonizadas. Neste sentido, cabe lembrar, como aponta Marisa Lajolo, que os organizadores das primeiras histórias das literaturas ocidentais faziam parte de instituições às quais cabia um projeto de constante redefinição dos protocolos vigentes entre vida cultural (particularmente vida literária) e sentido de nacionalidade. (Lajolo, 1995, p. 23)

Talvez possamos, a partir dessa observação, estabelecer um primeiro elemento apontado como comum às histórias da literatura brasileira e que, em certo sentido, acaba criando vínculos entre os seus autores: todos parecem partilhar, ainda que fundamentados em diferentes concepções de história, crítica e literatura (e, portanto, respaldados em uma suposta autoridade intelectual), do desejo de, a partir do estabelecimento de uma história da literatura brasileira, projetar o *próprio sentido* ou o *sentido da própria nacionalidade brasileira*. Acabam, assim, esses críticos/historiadores, definindo e fixando uma *seleção* em termos de obras e autores, promovendo, como dizíamos antes, a própria canonização dessas mesmas obras e autores. Cabe, portanto, e assim entendemos, *problematizar* a constituição desse(s) cânone(s) literário(s), *historiando* ou *historicizando* essa mesma constituição.

Conforme comenta Roberto Reis, o critério para se questionar um texto literário ou, podemos dizer, qualquer texto, não somente o de caráter literário, não se pode descurar do fato de que, numa dada circunstância histórica, indivíduos dotados de poder atribuíram o estatuto de literário àquele texto (e não a outros), canonizando-o:

perguntar quem articulou o cânon, de que posição social falava, que interesses representava, qual seria seu público-alvo e qual a sua agenda política [...], por quais critérios norteou a sua eleição e rejeição de obras e autores. A noção

de valor e a atribuição de sentido não são empresas separáveis do contexto cultural e político em que se produzem, não podendo por conseguinte, ser desconectadas de um quadro histórico. O significado de qualquer juízo de valor sempre depende, entre outras coisas, do contexto em que for emitido e de sua relação com os potenciais destinatários e a sua capacidade de afetá-los ou mesmo convencê-los (Reis, 1992, p. 65-92).

Mesmo que nos interesse menos a própria *natureza* ou o estatuto de literário do texto, interessam-nos, sim, os circunstanciamentos históricos e, principalmente, as *leituras* (geradas por estes, ou nestes, circunstanciamentos históricos) realizadas sobre determinados textos e que produziram diferentes sistematizações sobre esses escritos.

Por isso, nesse sentido, antes de questionarmos a própria produção literária, interessa-nos, primeiramente, problematizarmos a própria leitura que canoniza essa produção, ou seja, a leitura realizada pela crítica oitocentista, uma vez que (pode-se dizer):

[...] o crítico foi o grande beneficiário quando [...] se separou a obra do autor para concentrar o objeto de análise literária no próprio texto. É o crítico que passa a exercer a autoridade sobre o sentido, a estrutura. As relações internas do artefato literário e, através do exercício profissional, a disseminar as interpretações que lhe convêm [...]. Sem o autor para reivindicar a sua interpretação e a integridade semântica de sua obra, o crítico está liberado para direcionar a exegese de acordo com suas premissas e propósitos, sejam eles conscientes ou não (Reis, 1992, p. 75).

Voltando-nos a uma possível sociologia das práticas de leitura, como propõe Roger Chartier, cabe, portanto, superar o caráter todo poderoso do texto e seu poder de condicionamento sobre o leitor, bem como relativizar a própria noção de liberdade do leitor, pretendendo, sim, identificar, para cada época e para cada meio, no nosso caso, a crítica/ historiografia brasileira oitocentista, as modalida-

des partilhadas do ler (as quais dão formas e sentidos aos gestos individuais) e que colocam no centro de sua interrogação os processos pelos quais, perante um texto, é historicamente produzido um sentido e diferenciadamente construída uma significação.¹³

Nesse mesmo sentido, recorremos novamente a Roberto Reis, que parece corroborar a observação de Chartier:

A indagação da literatura não deve, em suma, se resumir a pensar o que lemos, interpretando o livro [...] que temos diante de nós: é imperioso considerar quem lê e quem escreveu e em que circunstâncias históricas e sociais se deu o ato de leitura, sem deixar de ter em conta que tipos de textos são escritos e lidos e, neste último caso, por que leitores. Sob este prisma, o texto [...] deixa de ser um objecto estático (e estético) e passa a se entrançar com o autor, o leitor, com o horizonte histórico que lhe é subjacente ou que lhe deixou pegadas, com outros textos, com o passado e o presente e o futuro, estabelecendo uma emaranhada rede de afiliações intertextuais (Reis, 1992, p. 74).

Por outro lado, a sistematização promovida por críticos e historiógrafos advém de uma determinada *leitura*, e estes críticos e historiógrafos congregam-se, justamente, em termos de *comunidades interpretativas*. Em outras palavras, e no caso específico daquilo que pretendemos estudar, seriam essas comunidades interpretativas, ou *comunidades de leitores*, que efetivam determinados juízos de valor acerca de obras e autores lidos.

Em resumo, a *comunidade de leitores*, organizada em torno de críticos e historiógrafos/historiadores, ao mesmo tempo em que promove aquilo que Chartier chama de “os mesmos estilos de leitura e as mesmas estratégias de interpretação”, promove, insistimos, a *leitura autorizada*, ou *forçada*, sobre os textos aos quais se volta, estabelecendo determinadas propostas de sentido e significação para esses mesmos textos. Assim, é interessante que se perceba, as diferentes histórias da literatura brasileira, resultando de estratégias próprias de interpretação, embasando-se na au-

¹³ A citação se refere ao mesmo texto, utilizado anteriormente, *Textos, impressos, leituras*. Aqui na sua versão portuguesa, oriunda de CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. p. 121. Na versão brasileira, antes adotada, tal trecho foi suprimido. Originariamente, este artigo do prof. Chartier foi apresentado no Colóquio “Conceitos, métodos e objecto em história da cultura”, realizado em 1986, na Universidade do Porto.

toridade concedida principalmente pelo emprego de diferentes preceitos (e que caracterizam o Ocidente oitocentista) e respaldando-se num *locus* institucional, acabam por legitimar, ou não, o próprio texto lido, conferindo-lhe, ou não, um lugar nessas mesmas histórias.

Podemos, nesse sentido, arriscadamente propor que, nessa relação, o texto que nos interessa sondar, aquele produzido pela crítica literária e/ou a historiografia da literatura *oitocentista* ao *receptionar* a produção anterior e sistematizá-la, produzindo leituras autorizadas, acaba por se tornar um *dispositivo de intervenção* sobre essa mesma produção e, portanto, *suporte* para o próprio texto. Ainda que tenhamos clara a necessidade de reconhecer os elementos que compõem o texto *apropriado* ou reconhecer os elementos que dão coerência a este texto, cabe-nos lembrar que a crítica/historiografia, tornada *dispositivo de intervenção* (sendo, assim, também *leitura*), acaba por produzir expectativas de leitura e perspectivas de entendimento, ou antecipações de compreensão sobre o texto ao qual se volta (Chartier, 1990, p. 132).¹⁴

Dessa maneira, a produção crítica/historiográfica da literatura brasileira do *oitocentos* é uma possibilidade de leitura sobre a produção que a antecede, que estabelece o cânone e a tradição sobre essa mesma produção – ou, em outras palavras, o cânone tornado “garantia a uma tradição” (Curtius, 1996, p. 323) –, cabendo, assim, tratá-la na perspectiva de uma nova e possível história da leitura, uma história que, principalmente, rompa com os simplismos, dicotomias e explicações deterministas. Pois, enfim, a história dos textos e livros e, diríamos, das interpretações e dos processos de canonização de autores e obras, deve ser, acima de tudo, uma reconstituição das variações nas práticas, em outras palavras, uma história da leitura. Uma história do próprio ato de ler.

¹⁴ Na edição brasileira, v. p. 228.

Referências

- BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas: Unicamp, 2003. p. 24.
- BARBOSA, João Alexandre. A biblioteca imaginária ou o cânone na história da literatura brasileira. In: _____. *A biblioteca imaginária*. São Paulo: Ateliê, 1996. p. 56-57.
- _____. *Opus 60: ensaios de crítica*. São Paulo: Duas Cidades, 1980.
- BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BOURDÉ, Guy ; MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Mem Martins: Europa-América, 1990.
- CAMPOS, Haroldo de. Poética sincrônica. *A arte no horizonte do provável*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- _____. Poética sincrônica. In: _____. *A operação do texto*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- CARBONELL, Charles-Olivier. *Historiografia*. Lisboa: Teorema, 1992.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Global, 1997. v. 3.
- CUNHA, Eneida Leal. *Estampas do imaginário: literatura, história e identidade cultural*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura européia e Idade Média latina*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1996.
- FALCON, F. *A história cultural*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- JASMIN, Marcelo Gantus. *Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. Rio de Janeiro: Access, 1997.
- JENKINS, Keith. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2000.
- LAJOLO, Marisa. Literatura e história da literatura: senhoras muito intrigantes. In: MALLARD, L. et al. *História da literatura: ensaios*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

- PALMADE, Guy. História da história. In: GADAMER, H. G. *História e historicidade*. Lisboa: Gradiva, 1988. p. 35
- RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: um ensaio de poética do saber*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.
- REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, J. L. (Org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 65-92.
- _____. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma leitura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- ROUANET, Maria Helena. Nacionalismo. In: JOBIM, J. L. (Org.). *Introdução ao romantismo*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999. p. 9-30.
- SILVA, Kalina V.; SILVA, Maciel H. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- SILVA, R. F. da. *História da historiografia*. Bauru: Edusc, 2000.
- TEIXEIRA, Ivan. Hermenêutica, retórica e poética nas letras da América portuguesa. *Revista USP*, São Paulo, n. 57, p. 138-159, 2003.
- TÉTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Bauru: Edusc, 2000.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 4. ed. Brasília: UnB, 1998.
- WELLEK, René. *Conceitos de crítica*. São Paulo: Cultrix, s/d.
- _____. A teoria da história literária. In: TOLEDO, Dionísio (Org.). *Círculo linguístico de Praga: estruturalismo e semiologia*. Porto Alegre: Globo, 1975. p. 294-295.
- WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.